

PROVISÓRIO

SUMÁRIO

1. OS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS E A MODELAGEM DO NOVO SISTEMA LEGISLATIVO	37
1.1 Regime jurídico e características dos contratos administrativos	43
1.2 O contrato verbal, o regime de suprimento de fundos e a despesa de pequeno vulto	47
1.2.1 A utilização do regime de suprimento de fundos e as regras relativas ao fracionamento de despesas	52
1.3 A convocação para assinatura do termo de contrato ou retirada de termo equivalente	55
1.3.1 Efeitos da recusa injustificada	63
1.4 Da lavratura dos contratos	64
1.5 das cláusulas necessárias em todo contrato administrativo	67
1.5.1 Cláusulas regulamentares e cláusulas financeiras: uma essencial distinção	68
1.5.2. O registro de pessoa física ou jurídica no Cadin impede a contratação e a manutenção de contratos	103
1.5.2.1 O que é o Cadin?	103
1.5.2.2. Efeitos da consulta ao Cadin - Lei nº 10.522/2002	103
1.5.2.3 Da alteração promovida pela Lei 14.973/2024	104
1.5.2.4. Consulta ao Cadin realizada por agentes públicos e pessoas físicas	105
1.5.2.5. A consulta ao Cadin pode ser dispensada?	106
1.5.2.6. Inscrição no Cadin de devedores inscritos na dívida ativa dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios - celebração de convênio	107
16.1. Ações de igualdade - mulheres vítimas de violência e integrantes de grupos vulneráveis	116
1.6 Do foro competente	127
1.7 Da verificação de pendências ou período de cura	128
1.8 O adimplemento da obrigação contratual	129
1.9 Da cessão de direitos patrimoniais	133
1.10 Da publicidade na nova lei de licitações e contratos administrativos	134
2. DAS GARANTIAS	143
2.1 Tipos e modalidades	144
2.2 Da garantia de execução do contrato	145

2.3	Da modalidade caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública	147
2.4	Da modalidade seguro-garantia.....	148
2.4.1	Cobertura Adicional para Ações Trabalhistas e Previdenciárias	155
2.4.1.1	O Parecer nº 00036/2024/DECOR/CGU/AGU e o risco de dano à Administração decorrente da rejeição de seguro-garantia com cobertura adicional	159
2.4.2	O seguro-garantia com cláusula de retomada ou performance bond	163
2.4.3	Garantia de qualidade das obras públicas: nova disciplina.....	165
2.5	Da modalidade fiança bancária ou carta fiança	166
2.6	Da modalidade título de capitalização.....	170
2.6.1	A matemática do resgate, como compreender?	176
2.7	Extinção da garantia.....	177
2.8	Pontos de alerta para fiscais e gestores	180
2.9	Como executar a garantia (modalidade seguro-garantia)	184
2.9.1	Modelo de cláusula de garantia de execução contendo a modalidade título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total. (Incluído pela Lei nº 14.770, de 2023)	187
3.	DA ALOCAÇÃO DE RISCOS	193
3.1	Conceito de risco	193
3.2	O processo de gestão de riscos.....	194
3.3	Análise de riscos no metaprocessos de contratação	197
3.4	Qual seria o instrumento materializador do gerenciamento de riscos?.....	199
3.5	Prática – análise de um risco	201
3.6	Da alocação dos riscos.....	206
3.6.1	Conhecendo a expressão “alocar riscos”	206
3.7	Consequências de uma elaboração equivocada da matriz de risco	211
3.7.1.	Modelo de Cláusula Contratual.....	212
4.	DAS PRERROGATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO	215
4.1	Mesmas prerrogativas, novos tempos!.....	215
4.2	Princípios e consequências	218
5.	DA DURAÇÃO DOS CONTRATOS	223
5.1	Contratos com duração de até cinco anos	226
5.1.1	Como interpretar a questão da contagem do prazo para extinção sem ônus?	229
5.2	Prorrogações sucessivas e prazo decenal para contratos de serviços e fornecimentos contínuos	233
5.3	Contratos celebrados com duração de até dez anos	235
5.4	Contratos celebrados com duração indeterminada.....	235
5.5	Contratos celebrados com duração de até 35 anos	237
5.6	Prorrogação automática para os contratos por escopo	237
5.6.1	Como interpretar a autorização contida no §5º do artigo 115	242
5.7	Contratos firmados sob o regime de fornecimento e prestação de serviço associado...	244

5.8	Contrato de operação continuada de sistemas estruturantes.....	244
5.9	Como está a sua preparação para o acompanhamento desses contratos?	244
5.10	Modelo de Cláusula Contratual	245
6.	DA EXECUÇÃO DOS CONTRATOS	251
6.1	O dever de fiel cumprimento das cláusulas contratuais	251
6.2	Atividades relacionadas ao acompanhamento da execução dos contratos	253
6.3	O impacto da governança das contratações no acompanhamento dos contratos.....	262
6.4	Relevantes questionamentos.....	264
6.4.1	Quem pode ser fiscal de contratos?	264
6.4.2	Quais são os requisitos necessários à designação?.....	265
6.4.3	É possível recusar a designação?	266
6.4.4	Quem é o terceiro e o que ele faz?	267
6.4.5	Quem é o preposto e quando ele deve ser indicado?.....	268
6.4.6	É possível criar gratificação para fiscais e gestores de contratos?	269
6.5	Aviso público de obra paralisada	275
6.6	A interessante questão da suspensão da execução do contrato: cuidados, consequências e procedimentos	277
7.	DA ALTERAÇÃO DOS CONTRATOS E DOS PREÇOS	289
7.1	Das alterações unilaterais.....	290
7.2	Das alterações por acordo entre as partes ou consensuais	293
7.3	Ausência de limites para as alterações consensuais.....	295
7.4	Alteração qualitativa consensual e excepcional – breve análise da, ainda em vigor, decisão do tribunal de contas da união-TCU nº 215/1999	297
7.5	Importante alteração da orientação normativa nº 50 da AGU	300
7.6	Exemplos para melhor aplicação dos entendimentos do TCU e da Orientação Normativa nº 50 da AGU	307
7.6.1	Como obter o valor inicial atualizado do contrato?	307
7.6.2	Como gerenciar as alterações contratuais considerando-se isoladamente o conjunto de acréscimos e o conjunto de supressões?	308
7.6.3	Como aplicar o limite legal permitido para alterações em contrato derivado de licitação com critério de julgamento de menor preço por item e adjudicação por item?	308
7.6.4	Ainda considerando o exemplo acima, seria possível uma supressão total (consensual) do item 5 e utilização do valor suprimido para acrescer nos dois outros itens?	309
7.6.5	Como tratar o limite das alterações em contrato derivado de licitação com critério de julgamento de menor preço global e adjudicação global?	310
7.6.6	Estudo de caso 1.....	311
7.6.7	Estudo de caso 2.....	314
7.7	Atualizações contratuais para obras e serviços de engenharia.....	317
7.8	Equilíbrio econômico-financeiro dos contratos (reajuste, revisão e repactuação).....	319
7.8.1	Do reajustamento dos preços.....	321

7.8.2	Da não fixação pela Lei nº 14.133/2021 da anualidade do reajuste em sentido estrito para os contratos serviços não continuados e de fornecimento.....	326
7.8.3	A atual crise do café: quando as condições de mercado, efetivamente, ditam as regras.....	339
7.8.4	Forma de concessão do reajuste em sentido estrito.....	342
7.8.5	Da revisão dos contratos.....	343
7.8.6	Da repactuação dos preços.....	346
7.8.6.1	Passos essenciais para instruir um pedido de repactuação.....	349
7.9	Preclusão do direito à revisão contratual e ao reajuste em sentido estrito.....	351
7.9.1	Preclusão, dever de alerta ao contratado e boa-fé.....	353
7.10	Da antecipação dos efeitos da alteração contratual.....	355
8.	DAS HIPÓTESES DE EXTINÇÃO DOS CONTRATOS.....	361
8.1	Sistemática da lei nº 14.133/2021.....	363
8.2	Extinção por parte do contratado.....	365
8.3	Modalidades de extinção da relação contratual.....	366
9.	DO RECEBIMENTO DO OBJETO DO CONTRATO.....	371
9.1	Formas de recebimento do objeto.....	372
9.2	Simple entrega e recebimento provisório.....	373
9.3	A quem compete receber provisória e definitivamente o objeto do contrato?.....	374
9.4	Prorrogação dos prazos e responsabilidades.....	375
9.5	Dispensa do recebimento provisório.....	376
10.	DOS PAGAMENTOS NA NOVA LEI DE LICITAÇÕES.....	381
10.1	A nova lei e a ordem cronológica dos pagamentos.....	381
10.2	Da alteração ou quebra da ordem cronológica dos pagamentos.....	382
10.3	Da regulamentação no âmbito federal – instrução normativa seges/me nº 77/2022.....	384
11.	DA NULIDADE DOS CONTRATOS.....	391
11.1	Superando a concepção de que a nulidade seria a regra.....	392
11.2	O consequentialismo na lindb.....	393
11.3	Da nulidade na Lei nº 14.133/2021.....	394
12.	DOS MEIOS ALTERNATIVOS DE RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS.....	399
12.1	Utilização dos métodos de resolução de controvérsias.....	402
12.2	Entendimento da agu acerca da adoção do instituto da arbitragem aos contratos administrativos regidos pela Lei nº 14.133/2021.....	404
13.	DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.....	409
13.1	Deficiências e avanços.....	411
13.2	Da proporcionalidade e da razoabilidade para aplicação das sanções.....	413

13.3	Das sanções na lei nº 14.133/2021	415
13.3.1	Da sanção de advertência	415
13.3.2	Da sanção de multa.....	418
13.3.2.1	Da multa moratória	418
13.3.2.2	Da multa compensatória.....	422
13.3.2.3	A multa do artigo 50 da lei 14.133/2021: uma breve e necessária reflexão	424
13.3.3	Da sanção de impedimento de licitar e contratar	429
13.3.3.1	O impedimento de licitar e contratar, a ausência de análise jurídica prévia e a reabilitação do licitante ou contratado	431
13.3.4	Da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar	432
13.4	Da dosimetria	436
13.5	Comunicação entre a disciplina das sanções da Lei nº 14.133/2021 e o regime de combate à corrupção da Lei nº 12.846/2013	440
13.6	Da condução do processo sancionatório para aplicação de impedimento de licitar ou contratar e da declaração de inidoneidade para licitar ou contratar	442
13.7	Da prescrição da pretensão punitiva.....	443
13.8	Da desconsideração da personalidade jurídica.....	443
13.9	Do registro e da publicidade das sanções.....	444

14. DA FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DOS CONTRATOS COM DEDICAÇÃO

EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA – TEORIA E ANÁLISE DOCUMENTAL 445

14.1	Introdução	445
14.2	O novo (e complexo) papel da fiscalização técnica e administrativa nos contratos com mão de obra exclusiva e nos contratos de obras e serviços de engenharia.....	447
14.2.1	Destaques da Instrução Normativa Seges/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024	452
14.2.2	Regra de transição	454
14.2.3	Importante alteração da Instrução Normativa Seges/MPDG nº 05/2017	454
14.2.4	Destaque da Instrução Normativa Seges/MGI nº 176, de 25 de novembro de 2024.....	456
14.2.5	Destaque da Instrução Normativa Seges/MGI nº 190, de 5 de dezembro de 2024	459
14.3	Análise Documental na Prática	461
14.3.1	No momento da assinatura do contrato	461
14.3.2	Documentação a ser apresentada durante o primeiro mês da prestação dos serviços, ou sempre que solicitado pela administração.....	464
14.3.3	Impossibilidade de verificação da regularidade do contratado no Sistema de Cadastro de Fornecedores (Sicaf)	476
14.3.4	Regras para análise das certidões (negativas ou positivas com efeito de negativa) que comprovam a regularidade perante as fazendas estadual, distrital e municipal do domicílio ou sede do contratado	478
14.3.5	Certidões negativa ou positiva com efeitos de negativa de débitos trabalhistas	480

14.3.6	Certificado de Regularidade do FGTS – CRF e da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais - DCTFWeb	483
14.3.7	A documentação necessária à análise quanto ao cumprimento da reserva de cargos.....	490
14.4	Rol de documentos do art. 50 da Lei nº 14.133/2021	495
14.4.1	Registro de ponto	495
14.4.2	Recibo de pagamento de salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado e décimo terceiro salário	496
14.4.3	Comprovante de depósito do FGTS	498
14.4.4	Recibo de concessão e pagamento de férias e do respectivo adicional	501
14.4.5	Recibo de quitação de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato	506
14.4.7	Recibo de pagamento de vale-transporte e vale-alimentação, na forma prevista em norma coletiva	509
14.4.8	Outros benefícios previstos em norma coletiva.....	514
14.5	A Lei nº 14.973/2024 e efeitos de registro “irregular” no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (Cadin)	516
14.6	O Supremo Tribunal Federal – STF e a questão da inversão do ônus da prova	518
14.7	O Instituto Brasileiro de Direito Administrativo (IBDA) e a consagração de importantes enunciados sobre o regime de dedicação exclusiva de mão de obra	520
14.8	Modelo sugerido de lista de verificação – fiscalização administrativa.....	522
	BIBLIOGRAFIA	529